

A Importância do Erro e as Interferências Linguísticas no Processo de Aquisição de uma Língua Não Materna

Ana Josefa Cardoso
Novembro de 2007

“A língua materna é um importante factor de identidade nacional e cultural.”

Esta frase consta no primeiro parágrafo da introdução das competências essenciais para a área curricular disciplinar de Língua Portuguesa e seu significado não é válido apenas para a língua portuguesa, mas sim para todas as línguas maternas, qualquer que seja o seu estatuto.

O mesmo documento não omite a presença de minorias linguísticas e menciona no parágrafo seguinte que *“No espaço nacional, o Português é a língua oficial, a língua de escolarização, a língua materna da maioria da população escolar e a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no País. Por isso, o domínio da língua portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania.”* (DEB, 2001)

A política de língua em Portugal determina o uso exclusivo da língua portuguesa como língua de ensino e de acesso ao sucesso e ao exercício dos direitos de cidadania. Assim sendo, sofre os efeitos do contacto de línguas quando estamos em presença de alunos cujo português não é a língua materna. Esses efeitos nem sempre impedem uma comunicação eficaz nas relações quotidianas, no entanto, na escola, podem tornar-se determinantes para a marginalização do aluno, dificultando a sua progressão na aprendizagem da língua não materna e até o desenvolvimento da própria língua materna.

Num estudo realizado em 2003, pelo do Departamento de Educação Básica,¹ concluiu-se que 17535 alunos a cumprir o Ensino Básico (1º ao 9º ano de escolaridade) não tinham o português como língua materna. Foram encontradas cerca de 230 línguas para 140 minorias identificadas.

O ensino da língua portuguesa como língua não materna só agora parece começar a ganhar alguma importância. Em 2001 foi publicado o Decreto-Lei nº6/ME/2001 de 18 de Janeiro, que refere no seu artigo 8º que *“As escolas devem*

¹ Departamento de Educação Básica (2003) *Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua não Materna*, Lisboa, Departamento de Educação Básica.

proporcionar actividades específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.”, mas é com a publicação do Despacho Normativo nº7 /2006, de 6 de Fevereiro que as escolas se vêem obrigadas a dar respostas adequadas aos alunos cuja língua materna não é o português.

Ter o português como língua não materna também significa ter a cultura portuguesa como cultura não materna e por isso, não se pode falar em interferência linguística colocando de parte a interferência cultural, se tivermos em conta que a língua é uma forma de expressão cultural e que o contacto entre línguas é também um contacto entre culturas.

Marques (2003: 251-263) refere a importância da cultura implícita na aquisição da língua não materna e define a cultura implícita como “*A parte silenciosa da cultura : a dos comportamentos quotidianos, a dos códigos implícitos, a dos saberes partilhados pelos nativos de uma mesma cultura...*” e acrescenta que “*... toda essa dimensão invisível é um obstáculo para a comunicação.*”

Quando se ensina uma língua não materna é necessário ter em conta que os implícitos da língua alvo têm que ser clarificados, porque há aspectos culturais que condicionam a compreensão de determinados dados linguísticos.

O ensino da língua não materna não pode ser bem sucedido se ignorar a língua e a cultura materna do aluno, pois o seu nível de conhecimento da língua materna é determinante para a aquisição de uma segunda língua, ou seja, quanto melhor o aluno conhecer a sua língua materna, maior facilidade terá na aprendizagem de outras línguas.

Os “erros” e os mal-entendidos fazem parte do processo de aquisição de uma nova língua, e por isso, nesta reflexão convém realçar a importância do erro e as interferências linguísticas que podem ocorrer durante um processo de aprendizagem de uma língua não materna.

Os exemplos usados para ilustrar as interferências linguísticas reportam-se à língua cabo-verdiana por ser a minha língua materna e a de muitos alunos que estão nas nossas escolas.

O Erro numa Perspectiva de Aquisição de uma Língua Não Materna

Numa situação de aprendizagem da língua não materna, a noção de erro é conceptualizada em termos conjunturais, dependendo da fase de aquisição de uma segunda língua, que não está relacionada com os “erros” de linguagem cometidos pelos que falam a língua alvo, como língua materna. A teoria actual sobre o erro na prática da aquisição e ensino da língua segunda defende que o mais importante é determinar a compreensão básica do erro. Os erros são vistos como parte integrante e inevitável durante o processo de aquisição de uma língua. Por consequência, a visão dos erros é mais descritiva do que prescritiva, ou seja, em vez de se considerar que algo está certo ou errado em termos absolutos, deve-se saber o que é um erro, que tipos de erro ocorrem e qual a razão da sua ocorrência.

O erro, pode dar informações importantes sobre o estágio de desenvolvimento real do aluno na língua alvo.

Segundo Chun et al (1982:537-547) citado por Stroud (1997:11) o erro é “*o uso de um item linguístico de forma que, de acordo com os utentes fluentes da língua, indica aprendizagem com falhas ou incompleta.*”

A identificação e a interpretação do erro não são de forma alguma um processo simples. Para detectar um problema torna-se necessário ser-se capaz de reconstruir a enunciação pretendida pelo aprendente e esse número de reconstruções pode nalguns casos ser elevado. O erro identificado acaba por estar sempre dependente da reconstrução escolhida. Por vezes, as enunciações consideradas erradas são problemáticas, porque podem conter vários pequenos problemas que se combinam para criar uma enunciação errada. (Lennon, 1991) referenciado por Stroud (1997).

O discurso coloquial diário, tanto do falante de língua materna como do aprendente da segunda língua, está recheado de omissões e descontinuidades que na linguagem escrita são considerados erros, embora sejam consequência de processos naturais da produção oral.

Uma outra dificuldade encontra-se ainda na identificação de erros dos aprendentes em estado avançado, como pode ser o caso de muitos alunos de origem cabo-verdiana residentes em Portugal. Conforme afirma Stroud (1997:12) “*Embora este tipo de erros possam conter traços não-nativos, ou ocorrer em frequências não nativas, muitas vezes eles não são completamente errados, o que os torna difíceis de assinalar.*”

Na frase “*Ele tomou os brinquedos do irmão.*”, não se perde o sentido, nem o significado da frase, no entanto, dificilmente, um falante nativo diria desta forma.

Há ainda a estratégia do ‘evitar’ que acontece quando o aluno se abstém de usar estruturas nas quais não se sente seguro e cometeria erros se fosse forçado a aplicá-las, escolhendo outras alternativas mais fáceis para expressar um significado específico.

O mesmo autor refere que Lennon (1991) propõe que os erros identificados com base em critérios estruturais, não sejam erróneos em si mesmos, “*mas tornam-se (palavras) erróneas apenas no contexto da unidade linguística mais alargada em que ocorrem.*” Lennon introduz o conceito de domínio e extensão para tratar este aspecto da identificação dos erros. O domínio refere-se à quantidade de contexto linguístico e não-linguístico que deve ser considerado para identificar o erro; a extensão refere-se à quantidade de contextos linguísticos necessários ao aluno para reconstruir a frase correctamente.

Os erros distinguem-se basicamente como erros de produção e erros de compreensão. Embora os erros de produção sejam os que mais facilmente se notam, e por conseguinte, sejam discutidos quer em contextos pedagógicos, quer em contextos científicos, os erros que conduzem a mal-entendidos ou à falta de compreensão são provavelmente tão dominantes como os outros. Numa perspectiva de análise pode tornar-se difícil indicar com precisão que características numa frase conduziram a falhas de compreensão, pois um caso isolado de erro de compreensão pode depender da falta ou confusão de elementos lexicais por parte do aprendente, de uma incapacidade de discriminar distinções fonológicas, ou de dificuldades em processar relações sintácticas de orações e entre elas. Há factores não linguísticos, como problemas de audição, fadiga, falta de atenção, etc. que também podem estar na origem dos erros de compreensão.

Entre os erros de produção é possível categorizar ou diferenciar tipos de erro com base na referência à sua forma linguística, às suas causas hipotéticas, em relação a um modelo psicolinguístico, dentro de um modelo de proficiência linguística ou segundo os efeitos que têm no interlocutor.

A tipologia de erros mais utilizada é aquela que se baseia em categorias linguísticas tradicionais. Os erros são classificados dependendo da sua ocorrência ou não, em categorias lexicais (substantivos, verbos, adjectivos, etc.), características morfológicas, (género, número, tempo, etc.), categorias sintácticas (sintagmas nominais,

tipo de orações, etc.), ou unidades fonológicas (vogais , consoantes, acentuação, etc.). Estas tipologias de erro baseadas na forma linguística têm a vantagem de localizar as áreas gerais de dificuldade na aquisição de uma estrutura linguística e de serem acessíveis ao técnico não especialista que precisa de um panorama geral daquilo que é fácil ou difícil numa situação de aprendizagem da língua.

A tipologia de erro baseada em causas hipotéticas surge como consequência natural do processamento psicolinguístico envolvido na aprendizagem de uma língua, designadamente, erros de transferência/interferência e erros de desenvolvimento, sendo também possível encontrar erros induzidos pelo ensino, numa outra dimensão.

Os erros de transferência referem-se a erros que resultam do uso de traços e regras da língua materna (ou da língua de referência) na língua alvo. A transferência pode ser positiva ou negativa. A transferência positiva, é um recurso para o falante, particularmente quando as línguas são aparentadas, podendo recorrer a ela para enriquecer o seu discurso. A transferência negativa ou interferência constitui uma dificuldade a ser ultrapassada..

Os erros de desenvolvimento são consequências das tentativas de verificar hipóteses sobre a forma como a nova língua é construída a partir da gramática construída pelo aprendente (interlíngua). Os processos psicolinguísticos que estão na base dos erros de desenvolvimento são a sobregeneralização e a simplificação das regras da língua alvo.

Os erros de sobregeneralização resultam da suposição errada sobre as restrições de uma certa regra da língua alvo. Os erros de simplificação caracterizam-se pela negligência de distinções feitas na língua alvo.

Estes dois tipos de erro relacionam-se, na medida em que os traços ou regras específicas da língua alvo ainda não foram adquiridas em ambos os casos.

Os erros induzidos pelo ensino são aqueles que resultam da forma como uma estrutura é ensinada nas aulas. A explicação do professor pode fornecer uma descrição demasiado limitada ou até errada, da estrutura e por conseguinte encorajar uma aplicação demasiado geral ou demasiado específica da regra. Estas situações ocorrem particularmente quando a língua não é falada fora da aula e as explicações do professor são a única fonte de *input*.

Os erros de *performance*, também chamados lapsos, dependem das diferentes formas como os falantes falham. As causas podem estar no cansaço, na falta de

concentração ou nas limitações de memória, etc. Estes erros podem ocorrer tanto no discurso dos falantes de língua materna como no dos aprendentes da língua não materna. Distinguem-se dos erros de competência pelo facto de serem facilmente corrigíveis pelo próprio autor do erro se os detectar ou se lhe chamarem a atenção para eles. São erros temporários e não reflectem o conhecimento real da língua.

Nos erros de *performance*, o aprendente pode conhecer as regras da língua alvo mas em determinados contextos parece haver uma regressão e produzir formas incorrectas encontradas em fases anteriores no seu processo de aquisição.

De acordo com Stroud (1997:18-23) podemos ainda identificar erros relacionados com os modelos de proficiência linguística ou modelos de competência comunicativa e erros de acordo com a influência no interlocutor. Os primeiros testam a competência sociolinguística, o discurso e as estratégias do aprendente. Estes erros que têm um carácter mais subtil, são os chamados erros encobertos. Os segundos, dependem da atitude face ao erro e da forma como os erros são percebidos pelos interlocutores, sejam eles falantes nativos ou não.

A Interferência Linguística (entre o cabo-verdiano e o português)

As interferências linguísticas ocorrem sempre que há línguas em contacto.

Por interferência ou transferência negativa entende-se o uso de uma regra ou padrão linguístico presente na primeira língua e transferido erradamente para a segunda língua. O facto de os bilingues, duma maneira geral, especializarem as línguas de que dispõem consoante as situações de comunicação em que se encontram, faz com que intervenham vários parâmetros.

Segundo Leiria (1996:72-73) de acordo com as propostas de Chomsky (1956,1965) a aquisição de uma língua surge como uma “construção criativa” que atribui à criança a capacidade de criar e testar hipóteses e P. Corder (1967) alerta para a possibilidade de poder ocorrer a mesma situação na aquisição de uma segunda língua. Vários trabalhos de investigação afirmam que a aquisição da segunda língua é, nos seus aspectos cruciais, idêntica à da língua materna, no entanto os erros cometidos por aquele que aprende uma segunda língua adquirem um estatuto diferente, deixando de ser hábitos a erradicar, passando a ser a evidência que apoia as hipóteses construtivas daquele que aprende.

No processo de aquisição de uma segunda língua há sempre interferências da língua materna, pois é frequente recorrer-se a ela para analisar os dados da nova língua, uma vez que a língua materna predomina o pensamento e tende a interferir nas línguas aprendidas em segundo lugar. Quando a língua alvo é aprendida apenas em contexto formal, como a escola, o fosso entre o domínio das duas línguas é ainda maior.

As interferências da língua materna na língua alvo ocorrem a todos os níveis da língua, sendo o lexical o mais frequente na medida em que tanto num pequeno elemento linguístico como o fonema, como num maior como o sintagma, transmitem-se, geralmente, através do elemento lexical. É necessário ter em conta que neste processo de aquisição há características no falar de um bilingue que não são explicáveis nem por interferência nem pela gramática da língua alvo, o que requer um extremo cuidado na interpretação dos dados linguísticos em situações de contacto de línguas. Estes casos podem ser imputáveis a universais linguísticos, depois de analisados e comparados com casos idênticos já testados em produtos de contacto entre outras línguas ou em línguas não sujeitas a contacto.

Durante o processo de aquisição de uma segunda língua, o indivíduo constrói um sistema novo baseado em hipóteses onde vai introduzindo modificações de acordo com as sucessivas aproximações à língua alvo, criando ele próprio uma gramática provisória entre as duas línguas, que vai avaliando e reformulando à medida que adquire novos dados, dando origem a diversas etapas da interlíngua, que Xavier e Mateus (1990:215) denominam como sendo “*cada uma das gramáticas construídas por um indivíduo no processo de aquisição de uma língua alvo.*” Neste processo de construção de hipóteses, o indivíduo, analisa os novos dados adquiridos com base nos seus conhecimentos linguísticos anteriores. No entanto, por vezes constrói regras que não têm origem no seu conhecimento da língua materna. Esta situação explica a ocorrência de alguns erros que não podem ser atribuídos nem à influência da língua materna., nem à língua alvo.

Thomason e Kaufman (1988) discutem a importância relativa dos factores linguísticos e sociológicos que favorecem ou bloqueiam a aquisição da língua alvo e ainda os graus de interferência que uma língua pode exercer sobre a outra hierarquizando-os em leve, moderado e forte (*light, moderate and heavy*). Consideram que os factores sociais são determinantes e condicionam a natureza do contacto linguístico quer em termos de extensão, quer em termos de resultado, de acordo com a

convivência social e as relações de força existente entre as comunidades e/ou entre as línguas.

Mota (1996:519) afirma que por análise de muitos casos, a relação verificada entre interferência leve, moderada e forte e a mudança decorrente do contacto, permite prever quais os elementos estruturais da língua alvo que serão modificados por influência da língua de origem e como exemplo refere que *“se na ocorrência de interferência moderada ou forte qualquer elemento estrutural pode ser afectado, no caso de interferência leve são prioritariamente afectados traços que não implicam uma ruptura tipológica. Ou seja, se sob forte interferência pode haver ruptura tipológica, no segundo caso, as características tipológicas da língua alvo tendem a manter-se”*.

Se tivermos em conta, por exemplo os alunos de origem cabo-verdiana, podemos afirmar que os alunos cabo-verdianos residentes em Cabo Verde poderão ser enquadrados no grau de interferência forte ou moderado do cabo-verdiano sobre o português, e os alunos de origem cabo-verdiana residentes em Portugal poderão ser enquadrados no grau leve, uma vez que o facto de estarem expostos constantemente à língua portuguesa (tendo acesso ao contexto formal e informal) lhes permite uma maior aproximação à língua alvo.

O empréstimo linguístico é o meio mais disponível e mais utilizado para aumentar o vocabulário. Neste contexto, a sua utilização é motivada pela necessidade de encontrar a palavra ou a estrutura correcta na língua alvo ou ainda pela convicção de que uma palavra emprestada da língua materna tem maiores possibilidades de exprimir uma determinada ideia ou conceito. Segundo Dubois (1973) *“Há empréstimo linguístico quando um sistema A utiliza e acaba por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia antes num sistema linguístico B e que A não possuía. A unidade ou o traço tomados como empréstimo são eles próprios chamados empréstimos”*. (Xavier e Mateus, 1990:140).

As interferências entre as línguas em contacto podem ocorrer nos dois sentidos e por vezes a língua materna sofre as influências da língua alvo pelo facto de os seus falantes julgarem que se tornam melhores falantes, por exemplo do cabo-verdiano, se o aproximarem o mais possível do português, quer em termos de estrutura, quer em termos de vocabulário, motivados pelo prestígio que esta língua beneficia. A propósito desta situação Tomé Varela da Silva (1998:114) alerta, numa resposta dada a alguém que afirmou que a sua comunicação proferida em crioulo estaria cheia de erros o seguinte: *“É ka nha kumunikason ki sta xeiu di éru, mas sin nha kistionador, óras ki el*

ta kunfundi strutura di kauberdianu ku strutura di purtuges, régras di kauberdianu ku régras purtuges. É ki régras di konkordansa na kiriolu ta distansia di purtuges sima séu di tera, tantu na nunbru komu na jéneru.” (Não é a minha comunicação que está cheia de erros, mas sim o meu questionador, quando confunde a estrutura do cabo-verdiano com a estrutura do português, as regras do cabo-verdiano com as regras do português. É que as regras de concordância no crioulo distanciam-se do português como o céu da terra, tanto em número como em género.).

De acordo com Thomason e Kaufman (1998:37-57) as interferências caracterizam-se sobretudo pelo empréstimo e contaminação que podem ser de ordem fonológica, gramatical, lexical e semântica. As interferências podem ser fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais, semânticas e até dialectais.

Vejamos agora alguns exemplos que podemos encontrar relativamente à interferência do cabo-verdiano no português.

As interferências fonéticas ocorrem quando há transferência ou substituição de um fonema da língua de alvo por outro da língua de origem. Encontram-se em unidades e estruturas de entoação, ritmo e articulação. Os casos mais comuns detectáveis através da escrita são: a substituição do /R/ dobrado por /r/ (sobretudo em Santiago) e do /e/ mudo por /i/.

Exemplo 1: *caregar, amarado, agarou, desamarasse* em vez da forma correcta em português *carregar, amarrado, agarrou, desamarrasse*.

Exemplo 2: *acriditou, simente, pidir, dimorou*, em vez da forma correcta em português *acreditar, semente, pedir, demorou*. ” A tradução para cabo-verdiano é *kridita, simenti, pidi,(dimora) dura*.

As interferências morfológicas caracterizam-se sobretudo pela substituição das funcionalidade das categorias gramaticais por outras semelhantes da língua de origem ou pela substituição das próprias regras gramaticais. Os casos mais frequentes são: a flexão verbal, a falta de concordância em género e número , a falta de uso dos artigos definidos .

Exemplo 1: (flexão verbal) “*O José comi a maçã*”. em vez da forma correcta em português *O José comeu a maçã.* ” A tradução para cabo-verdiano é *Djuzé kume masan.*

Exemplo 2: (falta de concordância em género) “*Achou a maçã tão gostoso.*” em vez da forma correcta em português *Achou a maçã tão gostosa.* ” A tradução para caboverdiano é *E’ atxa masan (ton gostozu) sábi.*

Exemplo 3: (falta de concordância em número) “*O José tinha dois maçã*” como em cabo-verdiano *Djuzé tinha dos masan* em vez da forma correcta em português *O José tinha duas maçãs.* ”

Exemplo 4: (falta de uso do artigo definido) “*O José não deu a maçã...*” como em cabo-verdiano *Djuzé ka da masan...* em vez da forma correcta em português *O José não deu a maçã...*

As interferências sintácticas são sobretudo de ordem estrutural, aplicando a estrutura da língua de origem na estrutura da língua alvo. Ocorrem ainda situações da falta de uso da preposição a e do uso incorrecto dos pronomes pessoais.

Exemplo 1: (estrutura da frase) “*O José queria amarrar o macaco pé*”. como em cabo-verdiano *Djuzé kreba mara makaku pé.* em vez da forma correcta em português *O José queria amarrar os pés ao macaco.*

Exemplo 2: (falta de uso da preposição a) “*O José foi casa do tio António.*” como em cabo-verdiano *Djuzé bai kasa di tiu Ntoni.* em vez da forma correcta em português *O José foi a casa do tio António.* ou *O José foi à casa do tio António.*

O facto de não haver no cabo-verdiano nem o artigo definido, nem a preposição *a* inibe também a realização da contracção da preposição *à*, pois não se pode contrair dois elementos que não existem.

Exemplo 3: (uso do pronome forma de complemento nas formas o, a, os, as, lhe e lhes) “*O José amarrou-lhe e deixou-lhe sozinho.*” em vez da forma correcta em português *O José amarrou-o e deixou-o sozinho.* (a tradução para caboverdiano é *Djuzé mara-l y dexa-l el só.*)

“*O José perguntou-o onde ia.* em vez da forma correcta em português *O José perguntou-lhe onde ia.* ”.(a tradução para cabo-verdiano é *Djuzé purgunta-l undi ki e’ sa ta baba.*)

As interferências lexicais caracterizam-se pelo empréstimo de formas ou palavras da língua de origem que são introduzidas na língua alvo por falta de domínio, desconhecimento ou insegurança em relação à língua alvo. Estes desvios podem ser corrigidos explicitamente numa aula , por exemplo , ou implicitamente em ambientes onde a língua é falada correctamente.

Exemplo 1: (empréstimo de léxico) “*O José cobou o amigo*”. Como em caboverdiano *Djuzé koba si amigu .* em vez da forma correcta em português *O José insultou o amigo.*

As interferências semânticas mais comuns são as frases idiomáticas, os falsos amigos, ou seja palavras que existem nas duas línguas, mas com significados diferentes, e as expressões cuja tradução das frases palavra a palavra conduz a uma perda do verdadeiro significado que tinha na língua de origem .

Exemplo 1: (frases idiomáticas) “*O José tem alma cansado.*” que em português pode ser entendido como “*O José está triste*” mas que na realidade em caboverdiano significa que *O José tem um desejo incontável ou exagerado de comer, e que só passará quando o concretizar.*

Exemplo 2: (falsos cognatos) “*O José gosta de comer fatiota.* que em português significa *O José gosta de comer “roupas”.* mas que em caboverdiano significa que *O José gosta de comer guloseimas.*

Exemplo 3: (tradução palavra a palavra) “*Quando ele viu que pé de maçã já deu flor...* “ como em caboverdiano *Kantu e’ odja ma pé di masan dja da flor...* em vez da forma correcta em português *Quando viu que a macieira já estava florida...*”

Estes são apenas alguns exemplos que podem ilustrar as interferências que habitualmente ocorrem com alunos de origem cabo-verdiana durante o seu processo de aquisição da língua portuguesa.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Paulo (coord.) (2001) *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*, Lisboa, Departamento de Educação Básica.

FARIA, Isabel Hub e outros (org.) (1996) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.

GASS, Susan M, SELINKER, Larry (2001) *Second Language Acquisition – An Introductory Course*, second edition, New Jersey / London, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

LEIRIA, Isabel (1996) “Aquisição de Língua não-materna. Um exemplo: O Aspecto Verbal”, FARIA, Isabel Hub e outros (org.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 71-81.

MARQUES, Maria Emília Ricardo (2003) *Português, Língua Segunda*, Lisboa, Universidade Aberta.

MOTA, Maria Antónia (1996) “Línguas em Contacto” FARIA, Isabel Hub e outros (org.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, pp.505-533.

PEREIRA, Dulce (2002) “As Minorias Linguísticas em Portugal”, in MATEUS, Maria Helena Mira (coord.) (2002) *Uma Política de Língua Para o Português*, Lisboa, Edições Colibri. Pp.147-153.

SILVA, Tomé Varela (1998) “Kiriolu: Spedju di nos alma”, Revista Kultura nº2, Praia, INIC – Instituto Nacional de Investigação e Cultura, pp.109-121.

STROUD, Christopher, GONÇALVES, Perpétua (org.) (1997) *Panorama do Português Oral de Maputo*, Maputo, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação.

THOMSON, Sarah Grey, KAUFMAN, Terence (1991) *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*, Los Angeles / Oxford, University of California Press.

XAVIER, Maria Francisca, MATEUS, Maria Helena (org.) (1990) *Dicionário de Termos Linguísticos*, volume 1, Associação Portuguesa de Linguística e Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Lisboa, Edições Cosmos.